

**Rodrigo Leite Ferreira Cabral**

**Manual do  
ACORDO  
DE NÃO  
PERSECUÇÃO  
PENAL** À luz da Lei 13.964/2019  
(Pacote Anticrime)

**6ª** } revista  
edição } atualizada  
          } ampliada

2024



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Equipe Juspodivm

**Capa:** Ana Caquetti

C117m Cabral, Rodrigo Leite Ferreira.  
Manual do Acordo de não Persecução Penal /  
Rodrigo Leite Ferreira Cabral– 6.ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora  
JusPodivm, 2024.

320 p.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-442-4731-0

1. Direito Processual Penal.2. Persecução Penal. I. Cabral, Rodrigo Leite Ferreira. II.  
Título.

CDD 341.43

Bibliotecária responsável:

Ana Carolina Ribeiro Mois– CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

---

<b>ÍNDICE DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>15</b>
<b>Capítulo 1</b>	
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>Capítulo 2</b>	
<b>FUNDAMENTOS DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....</b>	<b>19</b>
2.1. O PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA AÇÃO PENAL .....	19
a) Histórico do princípio da obrigatoriedade.....	21
b) Princípio da obrigatoriedade e teoria da pena.....	32
c) Por uma nova compreensão da obrigatoriedade.....	35
2.2. A EVOLUÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....	39
a) Influências para a sua criação .....	40
b) Razões político-criminais para o Acordo de não persecução ...	47
c) Resolução 181/17-CNMP <i>versus</i> art. 28-A, CPP .....	57
2.3. PROCESSO PENAL E CONSENSO.....	68
a) ANPP e <i>plea bargain</i> .....	72
b) ANPP e transação penal .....	75
c) ANPP e suspensão condicional do processo.....	77
d) ANPP e colaboração premiada .....	80
<b>Capítulo 3</b>	
<b>ARQUITETURA DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO.....</b>	<b>85</b>
3.1. NATUREZA JURÍDICA DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL .....	87
a) Negócio jurídico que veicula política criminal do Ministério Público .....	88
b) Obrigações assumidas como equivalentes funcionais da pena ....	92
3.2. REQUISITOS OBJETIVOS PARA O ANPP.....	95
a) Pena mínima inferior a quatro anos (CPP, art. 28-A, caput) .....	95

12	MANUAL DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL • Rodrigo Leite Ferreira Cabral	
	b) Não cometido com violência ou grave ameaça (CPP, art. 28-A, <i>caput</i> ) .....	98
	c) Necessidade e suficiência para a reprovação e prevenção (CPP, art. 28-A, <i>caput</i> ) .....	101
	d) Não seja admitida transação penal (CPP, art. 28-A, § 2º, I).....	111
	e) Inexistência de violência doméstica ou familiar ou razões da condição de sexo feminino (CPP, art. 28-A, § 2º, IV) .....	112
	f) Não ser caso de arquivamento (CPP, art. 28-A, <i>caput</i> ).....	120
3.3.	REQUISITOS SUBJETIVOS PARA O ANPP .....	121
	a) Sem reincidência, habitualidade, reiteração ou profissionalismo (CPP, art. 28-A, § 2º, II) .....	121
	b) Inexistência de acordo anterior (CPP, art. 28-A, § 2º, III).....	127
	c) Confissão formal e circunstanciada (CPP, art. 28-A, <i>caput</i> ) ....	128
3.4.	PRESSUPOSTOS DE EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA DO ANPP .....	143
	a) Plano da existência .....	144
	b) Plano da validade.....	149
	c) Plano da eficácia.....	152
3.5.	O OBJETO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO .....	153
	a) Contextualização.....	153
	b) Reparar o dano ou restituir a coisa (CPP, art. 28-A, I) .....	156
	c) Renunciar a bens e direitos (CPP, art. 28-A, II).....	170
	d) Prestar serviço à comunidade ou entidade pública (CPP, art. 28-A, III) .....	173
	e) Pagar prestação pecuniária (CPP, art. 28-A, IV) .....	178
	f) Cumprir outra condição (CPP, art. 28-A, V) .....	180
	g) Das obrigações do Ministério Público.....	184
	h) Da inclusão de cláusulas que estabeleçam deveres laterais de conduta .....	184
	i) Da inclusão de outros acordos no bojo do ANPP .....	187
3.6.	APRECIÇÃO JUDICIAL DO ANPP .....	188
	a) Da natureza jurídica da decisão que aprecia o ANPP.....	190

b)	Da homologação e fixação do local de cumprimento .....	192
c)	Da não homologação do ANPP .....	197
d)	Das consequências da não homologação do ANPP .....	206
e)	Da negativa do MP em propor o ANPP e sua eventual revisão .....	207
f)	Dos recursos no âmbito de aplicação do ANPP .....	219
3.7.	EXECUÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO .....	220
a)	Competência para a execução do ANPP .....	222
b)	Fiscalização do cumprimento .....	225
c)	Cumprimento do acordo .....	226
d)	Descumprimento e Rescisão do acordo .....	227
e)	Extinção anormal do ANPP .....	230
f)	Recursos contra as decisões na execução do ANPP .....	231
3.8.	QUESTÕES PRÁTICAS E CONTROVERTIDAS SOBRE O ANPP .....	231
a)	Ação penal privada e subsidiária da pública .....	232
b)	Juiz e Promotor Natural .....	235
c)	Pessoa Jurídica e ANPP .....	236
d)	Cumprimento dos atos processuais .....	240
e)	Nomeação de defensor .....	242
f)	Direito subjetivo do investigado? .....	243
g)	Audiência de custódia .....	246
h)	Justiça Militar e Eleitoral .....	247
i)	Crimes hediondos ou equiparados .....	255
j)	Foro especial por prerrogativa de função .....	256
k)	Processos penais em curso .....	257

## **Capítulo 4**

<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>275</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>277</b>

## **ANEXO I**

<b>ART. 1. DA RES. 181/17-CNMP .....</b>	<b>287</b>
--	------------

**ANEXO II**

<b>MODELOS DE ANPP</b> .....	<b>291</b>
MODELO 1 .....	292
MODELO 2 .....	299
MODELO 3 .....	<b>303</b>

**ANEXO III**

<b>MODELO DE HOMOLOGAÇÃO DE ANPP</b> .....	<b>311</b>
--	------------

**ANEXO IV**

<b>MODELO DE NÃO HOMOLOGAÇÃO DE ANPP</b> .....	<b>315</b>
--	------------

**ANEXO V**

<b>MODELO DE DEVOLUÇÃO DO ANPP AO MP</b> .....	<b>317</b>
--	------------